

Capítulo 6:

Os espaços sociais da metrópole nos 2000

Eduardo Marques

A região metropolitana de São Paulo é caracterizada por intensa segregação residencial. Esse padrão é visível tanto se observamos a população distribuída por faixas de renda ou de escolaridade, quanto se considerando classificações ocupacionais como as classes EGP. Esse padrão foi vastamente explorado pela literatura desde os anos 1970 de forma narrativa, qualitativa ou monográfica por estudos clássicos como Camargo (1976), Kowarick (1979) e Bonduki e Rolnik (1982) e, mais recentemente, partindo dos dados do Censo de 2000 para construir índices de segregação aplicados a renda e escolaridade (Torres, 2005) ou a classificações ocupacionais diversas (Marques, Bichir e Scalon, 2012 e Preteceille e Cardoso, 2008). Este capítulo analisa a segregação residencial na metrópole em 2010 e a compara com o último momento censitário. A investigação da segregação permite que discutamos os espaços sociais presentes na metrópole paulistana, assim como suas transformações recentes. Nesse sentido, enquanto o capítulo anterior analisava os grupos sociais da metrópole, este capítulo investiga seus espaços.

Como não se dispõe da identificação geográfica dos dados da amostra do Censo de 1991, não é possível gerar a mesma informação para aquele ano. A década de 2000, portanto, é a primeira na história brasileira para a qual podemos analisar dinamicamente a segregação intraurbana.

O capítulo é dividido em três partes. Na primeira, analiso o padrão geral de segregação residencial em 2000 e 2010 comparativamente considerando renda e classes sociais. Na seção seguinte, desenvolvo tipologias de espaços nos dois momentos censitários, de forma a capturar as mudanças ocorridas nos espaços. A terceira e última sessão compara as duas classificações e investiga a distribuição dos tipos de espaços no território metropolitano.

1. A segregação residencial em São Paulo

Como é amplamente conhecido, São Paulo é intensamente segregada, a exemplo de outras cidades brasileiras e latino-americanas (Villaça, 2000; Carvalho et al, 2004, Pires, 2009; Centeno, 2009 e Dureau e Vanegas, 2009). Esse padrão de segregação já era apontando por estudos clássicos sobre a cidade como uma de suas mais importantes e constitutivas características (Camargo, 1976 e Kowarik, 1979). Também desde os anos 1970 a estrutura geral da segregação residencial foi caracterizada como radial e concêntrica (Taschner e Bogus, 1998), com as amenidades, serviços e grupos sociais mais ricos localizados no centro da metrópole e gradientes de crescente esvaziamento e precariedade na direção das periferias. As características e processos desses espaços periféricos foram estudados ao longo das décadas seguintes por ampla literatura como Bonduki e Rolnik (1982) e Durham (1988).

Mais recentemente, enquanto algumas análises ressaltaram a permanência dessa estrutura (Bogus e Taschner, 2000; Maricato, 2003, Vilaça, 2000), outras destacaram a crescente heterogeneidade do território metropolitano, em especial nas periferias (CEM, 2004 e Marques e Torres, 2005), mas também nas favelas (Valladares e Preteceille, 2004). Evidências trazidas por estudos mobilizando métodos qualitativos reforçaram essas análises ao indicar significativa heterogeneidade nos espaços periféricos (Feltran, 2012). É interessante observar que essa heterogeneidade já era destacada por estudos clássicos (Bonduki, 1991 e Vetter et al., 1979), embora a leitura predominante fosse de homogeneidade.

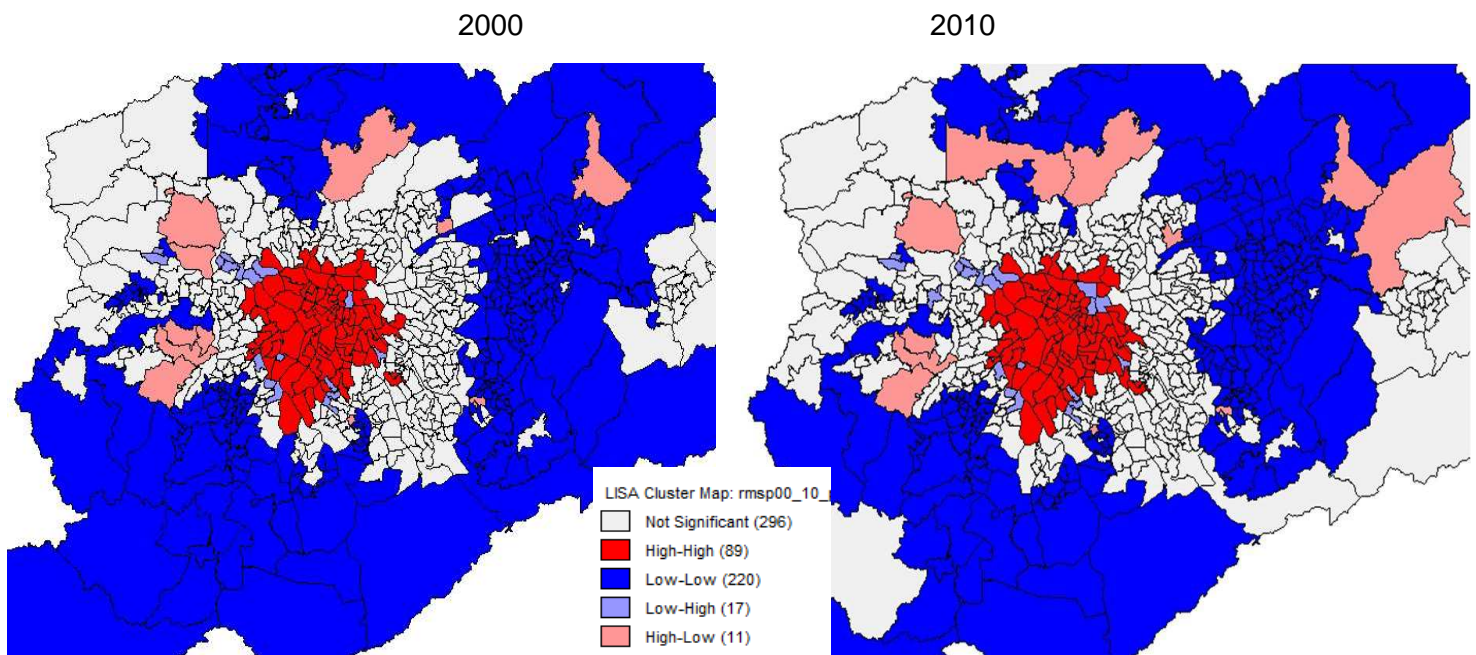
Essa heterogeneidade teria sido o produto de diversos processos combinados. Por um lado, seria produzida por um deslocamento na ação do Estado desde a redemocratização, impulsionado pela ação de movimentos sociais urbanos e de burocracias técnicas reformistas em um ambiente de competição partidária organizada crescentemente pela política eleitoral (Marques e Bichir, 2003). Isso teria levado ao crescente provimento de políticas e serviços, mesmo para os mais pobres entre os pobres (Figueiredo, Torres e Bichir, 2006). Por outro lado, a composição social desses espaços periféricos também teria se alterado, com as intensas mudanças sociais ocorridas na demografia (Baeninger, 2012), na pobreza (Marques, 2010) e na estrutura social que, como vimos no capítulo anterior, tem se transformado de forma lenta, mas contínua. Por fim, esses padrões de heterogeneidade seriam reforçados pela disseminação de novos produtos habitacionais ligados a condomínios fechados localizados em espaços periféricos, em particular para grupos sociais ricos (Caldeira, 2000).

Portanto, apesar do balanço desse diagnóstico coletivo não ser muito simples, alguns pontos podem ser estabelecidos como pano de fundo para a análise da segregação em 2010. O legado histórico cristalizado no território metropolitano cria intensa inércia, ligada à exclusividade dos espaços centrais e a uma forma urbana de caráter genericamente radial e concêntrico. Por outro lado, parece-me inegável que as periferias paulistanas têm se tornado crescentemente heterogêneas em termos de composição social, dos serviços a que têm acesso e das formas de produção do espaço ali presentes. Apesar da crescente heterogeneidade desses espaços, entretanto, a estrutura da segregação não deve ter se alterado, considerando a completa ausência de políticas fundiárias e de gestão ativa do território por parte dos poderes públicos municipais.

O panorama da segregação residencial fornecido pelo Censo de 2010 confirma uma forte continuidade na forma urbana, tanto com a observação simples de mapas temáticos da renda, por exemplo, quanto na análise de indicadores de estatística espacial. Uma primeira aproximação à mensuração da segregação pode ser alcançada analisando a distribuição espacial da renda utilizando o índice de Moran, indicador de segregação que mede a autocorrelação espacial com relação a alguma variável de interesse. Matematicamente, o Índice varia entre -1 e 1 e expressa a correlação entre os valores de uma variável de interesse em cada área e as médias dessa mesma variável para as áreas vizinhas, sendo quanto mais próximo à unidade, mais forte é a relação (Anselin, 1995). O Índice de Moran para a variável renda do chefe para as áreas de ponderação de 2000 era de 0,536, enquanto para a variável renda do responsável em 2010 alcançava 0,528. Portanto, embora ligeiramente menor, o índice é praticamente o mesmo.

Mas será que essa estabilidade nos padrões de distribuição da renda também se observa espacialmente, ou a informação geral para a metrópole oculta composições de diferenças no espaço? Os mapas a seguir apresentam essa informação. Esses Mapas são denominados LISA (Local Indicator of Spatial Association) e desagregam a informação contida no índice de Moran para cada área, comparada com seus vizinhos. A leitura da informação é bastante simples e indicada na legenda. Por exemplo, áreas em vermelho apresentam a variável de interesse alta, cercada de áreas com essa mesma variável também alta (alto-alto). Áreas de azul escuro apresentam a variável baixa e são cercadas por vizinhos também baixos (baixo-alto). As áreas em rosa apresentam a variável alta, mas são cercadas de outras baixas (alto-baixo), enquanto as em azul claro tem a variável baixa, mas são cercadas por vizinhos que a tem alta (baixo-alto). As áreas em branco não apresentaram nenhuma relação significativa estatisticamente entre as áreas e seus vizinhos.

Mapa 1. Mapa LISA da renda do chefe em 2000 e do responsável em 2010, RMSP



Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

A observação dos Mapas apresenta resultados interessantes. Como se pode ver a distribuição é bastante similar nos dois Censos. Em ambos, a área segregada de alta renda ocupa amplamente a área do Centro expandido, se estendendo a Norte do Rio Tietê e a Oeste do Rio Pinheiros, assim como na direção Sudoeste, onde a favela de Paraisópolis aparece claramente como um pequeno polígono baixo-alto, cercada de áreas de ponderação classificadas como alto-alto. Entretanto, crescem as áreas classificadas com baixo-alto no Centro histórico, indicando aumento relativo da presença de população de mais baixa renda, ao mesmo tempo em que no Norte, a Oeste e a Leste, aumentam as áreas classificadas como alto-baixo, possivelmente como produção da produção de condomínios fechados. Na área que corresponde ao extremo leste do Município de São Paulo, marcada no mapa pela interface entre a área branca e a vasta região baixo-baixo, as áreas de ponderação em azul aumentam na direção oeste, sugerindo a continuidade dos processos de periferização.

Mas os rendimentos nos dão uma medida muito simples da segregação por grupos sociais. Outro desdobramento mais detalhado diz respeito à segregação por classes sociais, medida pelos índices de Moran sobre a classificação EGP, construída segundo os procedimentos descritos em Barbosa e Marschner (2013). Essa informação é apresentada nas primeiras colunas da tabela a seguir, com as classes

ordenadas conforme sugerido no capítulo anterior. De modo a produzir maior clareza, as categorias rurais, de resto bastante residuais, foram excluídas da análise, resultando em 8 classes. Como podemos ver, a grande maioria dos Índices é próxima nos dois anos, mas predomina pequena redução, exceto nas classes manuais. Por exemplo, a correlação entre as proporções dos profissionais de nível alto das áreas de ponderação e de seus vizinhos em 2000 era de 0,80, e passou a ser de 0,75.¹ Isso indica certa redução da concentração dessas classes, embora como vimos essas classes aumentaram proporcionalmente a sua presença na década, o que pode explicar a variação na segregação. No caso dos trabalhadores manuais, qualificados e não qualificados, observa-se elevação da segregação (únicos casos de elevação dos índices de Moran) de aproximadamente 10% do índice. Como vimos anteriormente, essas duas categorias reduziram a sua presença da década, o que novamente pode ajudar a explicar o aumento da segregação. As classes médias são as de menores indicadores.

Tabela 1: Índices de Moran por classes, RMSP, 2000 e 2010

	Índice de Moran		Índice de Dissimilaridade	
	2000	2010	2000	2010
Proprietários e empregadores	0,71	0,59	0,39	0,43
Profissionais, nível alto	0,80	0,75	0,37	0,35
Profissionais, nível baixo	0,78	0,74	0,18	0,23
Não manuais de rotina, nível alto	0,61	0,46	0,12	0,10
Técnicos e supervisores	0,62	0,49	0,12	0,13
Não manuais de rotina, nível baixo	0,61	0,58	0,10	0,11
Manuais qualificados	0,68	0,73	0,16	0,15
Manuais não qualificados	0,60	0,66	0,15	0,17

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

¹ Vale dizer que os índices de Moran e os Índices de Dissimilaridade reportados aqui referentes a 2000 são ligeiramente diferentes dos apresentados em Marques, Scalon e Bichir (2012) não apenas pelas pequenas diferenças de método reportadas anteriormente, mas também pela escala geográfica usada para analisar a segregação. No caso daquele estudo, os indicadores foram produzidos com a base de áreas de ponderação de 2000 compatibilizada com 1991, 814 áreas. No caso desse livro, utilizamos uma base de 2000 compatibilizada com 2000 com apenas 2010. Sobre o efeito metodológico da escala das áreas sobre as medidas de segregação, ver Sabatini (2004). Por outro lado, em Marques, Scalon e Bichir (2012) foram calculados Índices de Dissimilaridade tendo o conjunto da população como referência.

As classes médias apresentam os menores índices. Também nessas classes se observam mudanças mais expressivas no índice, em especial nos trabalhadores não manuais de rotina, níveis alto e baixo. Embora essas não fossem as classes mais segregadas em 2000, passaram a ser as menos segregadas em 2010, com índices de 0,46 e 0,58. Veremos que a redução da concentração dessas categorias médias está inserida em uma tendência recente de expansão exatamente dos espaços mistos. As classes dos empregadores e dos técnicos e supervisores também apresentaram reduções expressivas, mas como são classes de pequena presença absoluta, temos menor confiança de afirmar tais reduções, considerando possíveis variações amostrais.

Outra forma de nos aproximarmos da mensuração da segregação é com o uso do Índice de Dissimilaridade, também apresentada na tabela, tendo a distribuição da população na metrópole como referência. Esse índice totaliza as diferenças entre as distribuições de atributos de interesse, considerando uma distribuição como referência. Isso pode parecer um pouco obscuro, mas na verdade o índice tem interpretação bastante intuitiva, indicando a proporção da população com um atributo de interesse (certa origem migratória, por exemplo) que deveria ser movimentada espacialmente para igualar a distribuição da população como um todo ou com outro atributo (a população de outra origem, por exemplo). Exemplificando, a tabela nos informa que 37% da população de profissionais de nível alto (ou 0,37) deveria ser movimentada, em 2000, para que a distribuição dessa classe fosse igual à da população em geral nas áreas de ponderação. Como se pode ver, encontramos índices de moderados a baixos (entre 0,1 e 0,23) tendo o conjunto da população como referência, exceto para profissionais de nível alto (0,37 e 0,35 em 2000 e 2010, respectivamente) e proprietários (0,39 e 0,43), não por acaso as classes superiores são as mais segregadas que já apresentavam índices de Moran muito altos.

Portanto, sob o ponto de vista dos índices gerais de segregação, as classes de elite são as bastante segregadas e as demais classes apresentam graus de segregação entre medianos e altos.² Na década, as classes que mais cresceram proporcionalmente, tenderam a se desconcentrar, enquanto as que se reduziram aumentaram sua segregação.

² Esses resultados confirmam achados de análise comparativa envolvendo uma cidade brasileira – Rio de Janeiro e uma estrangeira - Paris (Preteceille e Cardoso, 2008). Apesar da segregação ser mais alta no Rio de Janeiro do que em Paris para todas as categorias, tende a ser sempre mais elevado para as classes mais altas do que para as inferiores. O mesmo tipo de resultado foi encontrado para outras cidades no mundo nos estudos contidos em Maloutas (2012).

Entretanto, quando calculamos o Índice de Dissimilaridade entre classes, encontramos números muito mais expressivos. As tabelas a seguir apresentam a informação para o conjunto das classes nos dois anos de referência e, como podemos ver, os índices são bastante altos, em especial para profissionais de nível alto e proprietários. Exemplificando a interpretação dos indicadores, a tabela nos informa que o ID entre profissionais de nível alto e trabalhadores manuais qualificados, por exemplo, era de 0,52 em 2000 e de 0,49 em 2010. Isso quer dizer que cerca de 52% dos profissionais de nível alto deveria ser movimentado em 2000 para alcançar a mesma distribuição dos manuais qualificados. O mais alto índice dizia respeito a proprietários e manuais de nível baixo em 2010 – 0,57, valor bastante alto internacionalmente.³ Os índices mais elevados diziam respeito, portanto, à elites, tendo as classes inferiores como referência. Por outro lado, os níveis do ID entre grupos médios e inferiores eram entre medianos e baixos.

Tabela 2. Índices de Dissimilaridade entre classes, RMSP, 2000

	Proprietários e empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Não manuais de rotina, nível alto	Técnicos e supervisores	Não manuais de rotina, nível baixo	Manuais qualificados	Manuais não qualificados
Proprietários e empregadores	-	0,15	0,26	0,36	0,42	0,45	0,53	0,50
Profissionais, nível alto	0,15	-	0,22	0,33	0,40	0,42	0,52	0,49
Profissionais, nível baixo	0,26	0,22	-	0,14	0,21	0,23	0,34	0,32
Não manuais de rotina, nível alto	0,36	0,33	0,14	-	0,13	0,15	0,25	0,25
Técnicos e supervisores	0,42	0,40	0,21	0,13	-	0,15	0,19	0,21
Não manuais de rotina, nível baixo	0,45	0,42	0,23	0,15	0,15	-	0,15	0,15
Manuais qualificados	0,53	0,52	0,34	0,25	0,19	0,15	-	0,10
Manuais não qualificados	0,50	0,49	0,32	0,25	0,21	0,15	0,10	-

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

³Apenas para dar uma ideia de comparabilidade, para Paris em 1999, o mais alto índice de dissimilaridade entre indivíduos que falavam francês e imigrantes turcos era de 0,47. A grande maioria dos demais índices entre grupos étnicos não ultrapassava 0,4 (Preteceille, 2012). Em Hong Kong em 2006, 0,57 era o Índice de Dissimilaridade entre os mais rico e mais pobre da distribuição de renda (YIP, 2012). Em Atenas em 2001, 0,40 era o ID entre profissionais de nível alto e ocupações manuais de rotina (Maloutas, 2012).

A observação das tabelas nos indica outra dimensão importante. Como podemos ver, os índices são perfeitamente ordenados entre as classes. Quando caminhamos à direita na linhas ou para abaixo nas colunas, o índices aumentam para as classes superiores e diminuem para as classes inferiores. Para as classes médias elas se reduzem e depois aumentam, embora com menor magnitude. Portanto, os dados sugerem de forma bastante eloquente que quanto maior a distância social entre classes, maior a segregação. A estrutura da segregação em São Paulo, portanto, é fortemente hierárquica socialmente, em um claro sentido de evitação social. Assim, entre classes de elite, ou entre classes inferiores, os Ids são muito baixos, enquanto crescem muito entre grupos de elite e inferiores. As distribuições espaciais das classes médias são muito mais próximas daquelas dos grupos inferiores do que das elites, reforçando que o tecido metropolitano tende a ser relativamente heterogêneo, exceto pela localização das classes do topo da estrutura social.

Tabela 3. Índices de Dissimilaridade entre classes, RMSP, 2010

	Proprietários e empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Não manuais de rotina, nível alto	Técnicos e supervisores	Não manuais de rotina, nível	Manuais qualificados	Manuais não qualificados
Proprietários e empregadores	-	0,18	0,27	0,41	0,48	0,51	0,56	0,57
Profissionais, nível alto	0,18	-	0,16	0,32	0,39	0,43	0,49	0,50
Profissionais, nível baixo	0,27	0,16	-	0,19	0,28	0,30	0,38	0,39
Não manuais de rotina, nível alto	0,41	0,32	0,19	-	0,15	0,16	0,22	0,25
Técnicos e supervisores	0,48	0,39	0,28	0,15	-	0,16	0,17	0,21
Não manuais de rotina, nível baixo	0,51	0,43	0,30	0,16	0,16	-	0,13	0,15
Manuais qualificados	0,56	0,49	0,38	0,22	0,17	0,13	-	0,10
Manuais não qualificados	0,57	0,50	0,39	0,25	0,21	0,15	0,10	-

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

Em termos dinâmicos, comparando as duas tabelas, podemos notar que predomina a manutenção dos índices, mas eles aumentam entre profissionais de nível baixo e todas as categorias médias e baixas, assim como entre os proprietários e

todas as categorias médias e baixas. Entre profissionais de níveis altos e baixos, os índices diminuem.

Portanto, a metrópole paulistana é segregada, em especial no que diz respeito às classes superiores. O conjunto da estrutura de segregação é fortemente hierárquica e as classes médias e inferiores tendem a se misturar mais, mas em espaços não habitados pelas elites. A segregação se manteve em geral estável ao longo da década, embora talvez com aumento da segregação das classes superiores e redução da segregação das classes baixas, que se tornaram mais misturadas com as médias. Observemos agora como esse processo se desdobra espacialmente.

2. Tipos de espaços

De modo a explorar a estrutura social no espaço paulistano em 2010, assim como as transformações ao longo da década, construímos classificações de espaços a partir das classes. Para tanto, parti da base cartográfica compatibilizada 2000/2010 e submeti a distribuição das classes EGP nas áreas de ponderação em 2000 e 2010 a análises fatorial e de cluster. O ponto de partida da análise foi um banco de dados construído de forma a que cada área de ponderação entrasse duas vezes, cada uma com as distribuições proporcionais das classes em um Censo. Esse procedimento gerou tipos de áreas considerando a composição de classes ali presente, e a utilização conjunta da distribuição dos grupos para os dois Censos gerou uma classificação para os dois momentos simultaneamente, garantido a comparabilidade. A seguir, discuto os resultados, primeiro em termos de distribuição das classes, e depois em termos de mudança dos espaços.

Primeiramente foi realizada análise fatorial da distribuição das classes nas áreas com os dados dos dois Censos no banco de dados com 1266 casos. A análise sugeriu uma grande concentração do fenômeno em dois fatores com auto-valor superior à unidade, que explicam 78,9% da variância. O primeiro fator se associava de forma forte (e positiva) à presença de proprietários e profissionais e negativamente aos trabalhadores manuais. O segundo fator se encontrava associado principalmente com técnicos e supervisores e com não manuais de rotina, níveis alto e baixo.

Em seguida foi realizada análise de cluster das áreas segundo esses dois fatores, obtendo-se 5 grupos. A distribuição das classes pode ser observada a seguir para 2000. Medidas de dispersão indicam que a variabilidade interna aos grupos é bastante baixa. Como se pode ver, à medida que trafegamos do 1 ao 5, os grupos apresentam proporções decrescentes de classes superiores – proprietários e profissionais, e crescentes de trabalhadores manuais. As classes intermediárias

tendem a aparecer mais fortemente nos grupos intermediários, caracterizados por conteúdos mistos, mas com baixa presença relativa dos grupos superiores.

Tabela 4: Distribuição proporcional das classes por grupos, RMSP, 2000 (%)

	Número de APs	População	% da população	Proprietários e empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Não manuais de rotina, nível alto	Não manuais de rotina, nível baixo	Técnicos e supervisores	Manuais qualificados	Manuais não qualificados
1 - espaços das elites	43	1.116.233	6,3	10,6	29,0	18,2	11,8	9,8	3,3	6,5	10,6
2 - espaços das classes médias-altas	58	1.671.129	9,4	7,5	17,5	14,0	14,1	15,5	4,5	14,7	12,0
3 - espaços médios-misturados	127	3.816.541	21,5	3,6	9,5	10,5	15,5	17,4	6,0	23,1	14,1
4 - espaços médios-baixos misturados	215	6.506.186	36,7	1,8	4,6	6,6	11,6	17,8	4,9	30,5	21,0
5 - espaços dos trabalhadores manuais	190	4.608.810	26,0	1,0	2,3	4,3	8,5	16,0	4,7	37,6	24,8
Total	633	17.718.900	100,0	3,0	7,7	8,1	11,7	16,4	4,9	28,1	19,2

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

O exercício analítico também gerou grupos para 2010, segundo o apresentado na Tabela a seguir. Novamente a variabilidade interna aos grupos se mostrou bastante pequena. Os resultados apresentaram também muita semelhança com os obtidos para 2000, embora as diferenças sejam mais expressivas nos espaços médios-baixos misturados e manuais, o que já seria de se esperar considerando as taxas de crescimento demográfico mais elevadas nas periferias⁴.

Tabela 5: Distribuição proporcional das classes por grupos, RMSP, 2010 (%)

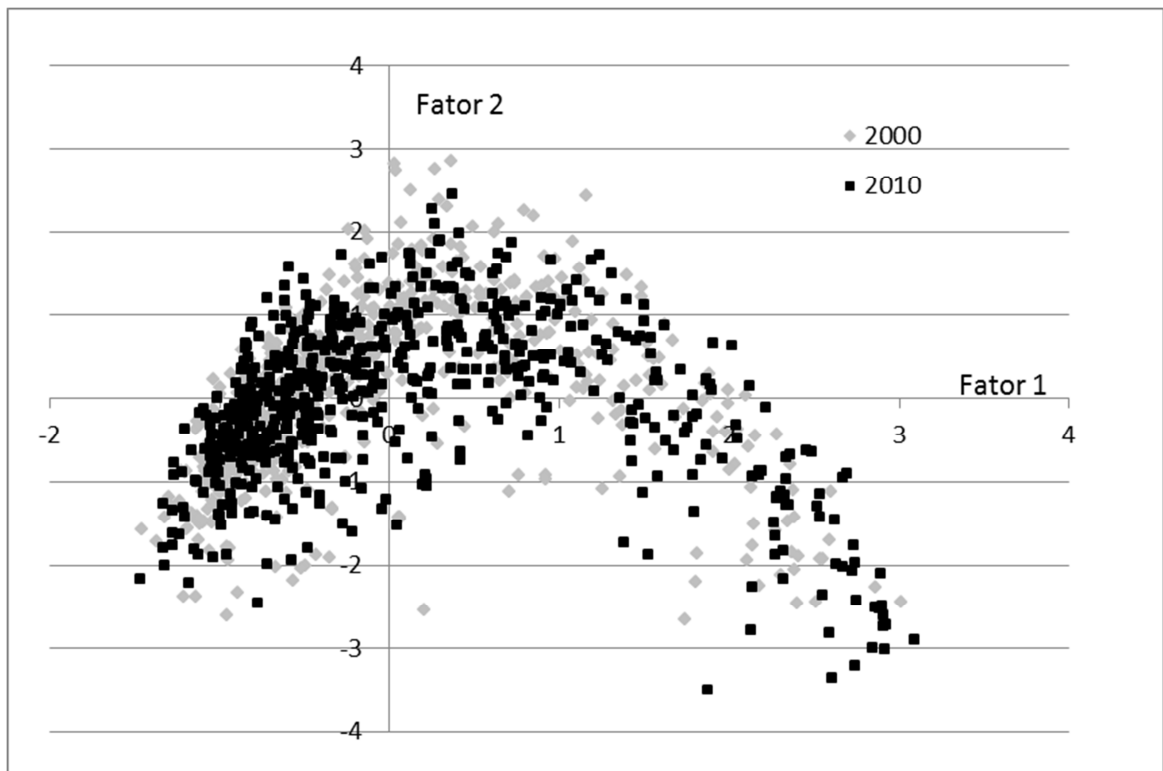
⁴ Ver capítulo 5 nesse livro. Mais adiante nesse capítulo discuto as diferentes tendências demográficas em termos de crescimento por grupo.

	Número de APs	População 2010	% da população	Proprietários e empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Não manuais de rotina, nível alto	Não manuais de rotina, nível baixo	Técnicos e supervisores	Manuais qualificados	Manuais não qualificados
1 - espaços das elites	47	1.346.324	6,9	8,7	38,5	20,8	10,0	7,0	2,3	5,0	7,5
2 - espaços das classes médias-altas	53	1.711.317	8,7	6,2	24,4	17,5	13,7	13,5	3,2	12,7	8,6
3 - espaços médios-misturados	136	4.325.736	22,1	2,4	13,3	13,4	15,4	17,3	4,8	21,0	12,1
4 - espaços médios-baixos misturados	214	7.029.647	35,9	1,2	6,3	7,7	11,8	19,2	4,1	28,1	20,2
5 - espaços dos trabalhadores manuais	183	5.188.244	26,5	,5	3,4	4,8	9,0	18,5	3,9	34,4	24,5
Total	633	19.601.268	100,0	2,2	10,9	9,9	11,8	17,2	4,0	25,4	17,8

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

Esses agrupamentos delimitam de maneira precisa espaços habitados por composições específicas de classes. Uma boa forma de testar as diferenças entre os tipos de espaços e a consistência das duas classificações é observar como eles se distribuem as áreas em cada ano, considerando os dois fatores produzidos anteriormente. O Gráfico a seguir apresenta a informação. Como se pode ver, a distribuição das áreas nos dois anos apresenta comportamento similar nos fatores.

Gráfico 1: Fatores e grupos, RMSP, 2010



Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

Mas será que essas configurações de classes apresentam características sociais distintas? Essas podem ser analisadas pelas médias de indicadores não utilizados na análise. A tabela a seguir apresenta a informação, indicando uma clara ordenação decrescente dos tipos de espaços em termos de condições sociais e urbanas. Como se pode ver, o ISEI, que como vimos no capítulo anterior sumariza posições de classe considerando as classes, níveis de educação e rendimentos, cai continuamente entre os espaços. Se nos espaços ocupados predominantemente por classes superiores alcançava 59 e 51 em 2010, se situava em 34 e 37 nos espaços dos trabalhadores manuais e nos espaços médios-baixos misturados, respectivamente. É interessante notar que os espaços superiores distam muito mais da média do que os ocupados por trabalhadores manuais, produto da estrutura de desigualdades presente na estrutura social (e de segregação residencial) da metrópole, influenciada mais fortemente pela intensidade dos atributos dos grupos superiores do que dos inferiores.

De forma similar, os rendimentos tendem a cair substancialmente entre os grupos, tanto quando consideramos quocientes em relação à média metropolitana em 2010. Novamente os espaços superiores distam muito mais da média do que os inferiores. A composição social também indica população mais rica, menos jovem, menos preta e parda e mais escolarizada nos espaços superiores, com inversão paulatina desses conteúdos quando caminhamos para baixo na tabela.

Tabela 6. Indicadores sociais escolhidos por grupo, RSMP, 2010

	N	ISEI	Renda/renda média metropolitana	Moradores por domicílio	Pop. com até 5 anos de idade (%)	Pop. com até 10 anos de idade (%)	Autodeclarados pretos ou pardos (%)	Alfabetizadas com 5 anos ou mais (%)
1 - espaços das elites	31	59,0	3,5	2,6	3,4	9,1	10,3	98,1
2 - espaços das classes médias-altas	65	51,4	1,9	2,9	3,9	11,0	17,8	97,0
3 - espaços médios-misturados	125	44,3	1,0	3,1	4,6	13,1	28,7	95,9
4 - espaços médios-baixos misturados	200	37,4	,7	3,4	5,6	16,3	43,6	92,8
5 - espaços dos trabalhadores manuais	212	33,9	,5	3,5	6,3	18,3	51,7	91,2
Total	633	40,6	1	3,3	5,3	15,2	38,1	93,7

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

O conjunto dos indicadores das tabelas anteriores sugere que os grupos de unidades configuram espaços com as características que se seguem em 2010:

1 – espaços das elites

Era caracterizado pela elevada presença de proprietários e profissionais (68,0%), com renda muito alta (quatro vezes a média da metrópole) e ISEI alto (cerca de 50% superior à média) e escolaridade elevada. A presença de crianças era baixa e a de pessoas auto-classificadas como pretas ou pardas um quarto da média da metrópole. Os trabalhadores manuais tendiam a ser residuais – 12,5. Esses espaços incluíam majoritariamente apartamentos (69,5), densidade domiciliar baixa e acesso a infra-estrutura quase completa (coberturas maiores do que 96% para todos os serviços urbanos).⁵ Esses espaços representavam claramente as áreas ocupadas pelos grupos sociais superiores. Perderam população na década de 1990 com taxas médias

⁵ As condições urbanas e habitacionais são analisadas em detalhes no Capítulo 6 por Carolina Requena, Samuel Ralise e Betina Sarue, sendo aqui apresentadas apenas para caracterizar os espaços.

negativas de -1,1% ao ano, mas inverteram as taxas e cresceram a 1,1% ao ano nos anos 2000.

2 - espaços das classes médias-altas

Os proprietários e profissionais também eram predominantes, mas já não majoritários – 48,1%. Além disso, esses espaços também alojavam proporções acima da média de trabalhadores não manuais de rotina nível alto – 13,7%, totalizando 61,8% dessas classes na sua população. A renda e o ISEI eram médios-altos, mas muito inferiores aos dos espaços da elite (a renda média era pouco mais da metade da dos espaços anteriores). Esses espaços também se apresentavam predominantes como de apartamentos (43,9%) e condomínios (2,8%, amais alta presença entre os grupos) e completa infra-estrutura (praticamente igual à do grupo anterior). Essas áreas também apresentaram queda nos anos 1990 – taxas negativas de -0,7% ao ano em média – e também recuperaram o crescimento nos anos 2000 – 1,2%aa.

3 – espaços médios-misturados

Esses espaços tinham características próximas da média da metrópole em quase todos os indicadores, mas proporções levemente acima da média de profissionais, trabalhadores não manuais de rotina nível alto e técnicos e supervisores. A proporção dessa última classe é a mais alta em toda a metrópole. Certamente representavam áreas misturadas, mas com predominância de classes médias e também presença de grupos superiores. Os indivíduos autodeclarados pretos e pardos já alcançam 29% da população. Em termos gerais, suas características eram um pouco superiores à média em termos de composição social. Os apartamentos são amplamente minoritários – apenas 22% da população, mas a condições urbanas continuam bastante elevadas e a infra-estrutura próxima da universalização. Apresentaram quase estabilidade demográfica nos 1990 – taxa média negativa de 0,1% aa, e crescimento bastante reduzido nos anos 2000 – taxa média de 0,5% aa.

4 – espaços médios-baixos misturados

Áreas com predominância de trabalhadores manuais (qualificados e não), mas também não manuais de rotina nível baixo e técnicos. Essas quatro classes totalizavam 71,6% da população. Esses espaços apresentam a mais elevada presença de trabalhadores não manuais de rotina nível baixo – 18,5%. A renda relativa e o ISEI são entre médios e baixos. Tratava-se de áreas com características sociais mistas entre classes médias e grupos sociais baixos e com elevada presença de pretos e pardos – 44%. A forma predominante de habitação eram casas (apenas 9%

de apartamentos) e os setores subnormais eram mais frequentes presentes do que a média da metrópole. Esses espaços tiveram crescimento alto nos anos 1990 – 2,8% aa e continuaram crescendo nos anos 2000 – 1,1% aa. As condições de infra-estrutura eram próximas da média metropolitana ou até melhores do que ela para a maior parte dos indicadores.

5 – espaços dos trabalhadores manuais

O último grupo apresentava uma elevada e clara predominância de trabalhadores manuais qualificados e não qualificados – 58,9%. A única outra classe com proporção superior à média metropolitana era a dos trabalhadores não manuais de rotina, nível baixo, com 18,5%. A renda e ISEI eram muito baixos. A população morava quase sempre em casas (91,7%) e os moradores de setores subnormais muito presentes (proporção 50% mais alta do que o do tipo de espaço precedente). Indivíduos autodenominados pretos ou pardos eram predominantes – 51,7% (único tipo de espaço com essa predominância na metrópole), e jovens eram abundantes. Essas áreas experimentaram explosão demográfica nos anos 1990 – 6% aa, e continuaram crescendo a taxas expressivas nos anos 2000 – 1,9% aa. As condições de infra-estrutura eram muito precárias em quase todos os indicadores – apenas 72% dos domicílios contavam com banheiros de uso exclusivo, 72% tinham lixo coletado por serviço de coleta e 73% dos domicílios tinha acesso a serviços de energia elétrica com medidor individualizado. É de se notar que os cinco tipos de espaços discutidos nessa sessão apresentavam pequena variação nas condições de infra-estrutura, em torno da coberturas altas e próximas às médias da metrópole. O único espaço que discrepava era exatamente o dos trabalhadores manuais, onde todos os indicadores apresentam coberturas inferiores à média (por vezes substancialmente), e os indicadores de precariedade do entorno das habitações indicavam condições muito precárias. Essas informações serão exploradas em maiores detalhes no capítulo relativo às condições urbanas.

3. Comparando espaços nos 2000

Mas será que as áreas já tinham essas características em 2000? Que tipos de transformações ocorreram em termos de conteúdos sociais nesses espaços? Para analisar tal dimensão, cruzamos as duas classificações construídas anteriormente. Essas não são estritamente comparáveis, pois os patamares médios e a distribuição das condições mudaram entre os Censos. Portanto, realizamos a análise em dois momentos. No primeiro, controlamos as mudanças dentro dos tipos de espaços, para depois investigar as mudanças de classificação de cada espaço em particular.

Para controlar as mudanças nos conteúdos dos tipos espaços em cada Censo, começamos analisando as diferenças das classes nos grupos, o que pode nos indicar alterações nas composições sociais dos espaços delimitados anteriormente. Se subtraímos as proporções relativas das classes nas áreas nos dois Censos (Tabelas 4 e 5 acima) encontramos o resultado a seguir (diferenças inferiores a 1% em módulo foram ocultadas para aumentar a visibilidade).

Tabela 7. Diferenças entre as proporções nas áreas 2000, 2010, RMSP (%)

	Proprietários e empregadores	Profissionais, nível alto	Profissionais, nível baixo	Técnicos e supervisores	Não manuais de rotina, nível alto	Não manuais de rotina, nível baixo	Manuais qualificados	Manuais não qualificados
Diferenças: 2010 -2000								
1 - espaços das elites	-2,0	9,5	2,6	-1,8	-2,8	-1,0	-1,5	-3,1
2 - espaços das classes médias-altas	-1,3	7,0	3,5		-2,1	-1,2	-2,0	-3,4
3 - espaços médios-misturados	-1,2	3,8	2,8			-1,2	-2,2	-2,0
4 - espaços médios-baixos misturados		1,7	1,2		1,4		-2,4	
5 - espaços dos trabalhadores manuais		1,1			2,5		-3,1	
Total		3,2	1,7				-2,7	-1,4

Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

Nota: diferenças inferiores a 1% ocultadas

Como se pode ver, há diferenças substantivas apenas nas classes profissionais, altos e baixos (positivas), nos trabalhadores manuais (negativas). É de se notar que as classes profissionais aumentaram a sua presença em todos os grupos, mesmo onde eram amplamente minoritárias. Simultaneamente, os trabalhadores manuais reduziram sua presença em todos os tipos de espaços, reforçando a presença de um processo de profissionalização, como já comentado no capítulo anterior.

A mais impressionante mudança, entretanto, foi a elevação da presença de profissionais de nível alto e baixo nos espaços onde essas classes já se encontravam concentradas – espaços das elites e das classes médias-altas. Adicionalmente, é importante assinalar que foi justamente nesses espaços superiores onde os trabalhadores manuais não qualificados mais reduziram as suas presenças. Esses espaços, portanto, tornaram-se mais exclusivos ao longo da década. Os trabalhadores manuais qualificados, diferentemente, reduziram mais a sua presença relativa nos espaços inferiores, onde eram predominantes. Nesses espaços também se verificaram os maiores crescimentos relativos dos trabalhadores não manuais de rotina de nível

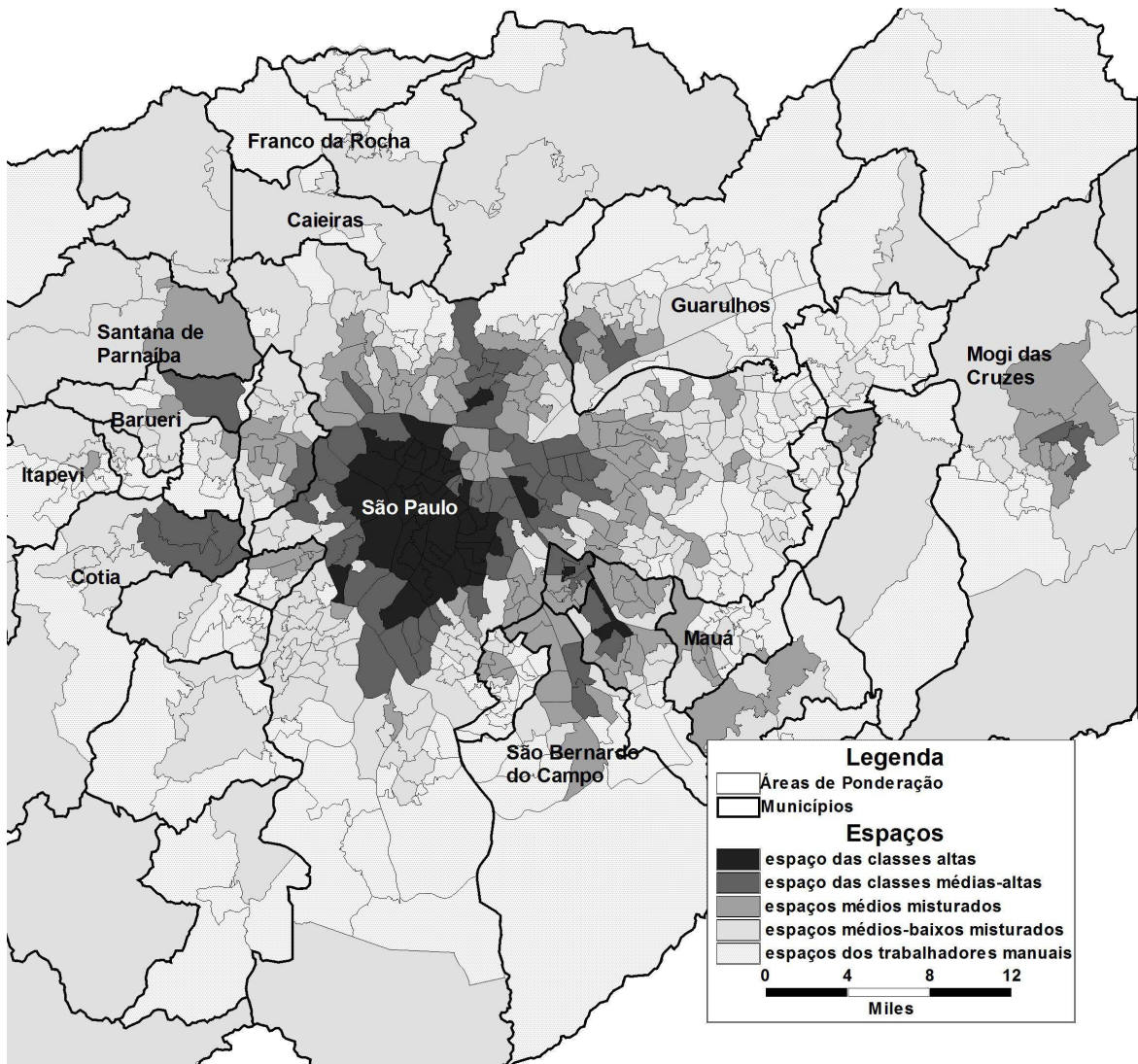
alto, assim como aumentos não desprezíveis de profissionais. Vale acrescentar que, como vimos no capítulo anterior, os não manuais de rotina nível baixo apresentam renda e status ocupacional (medido pelo ISEI) superiores aos das classes manuais, o que reforça a melhora dos conteúdos sociais médios dos espaços inferiores.

Portanto, sob o ponto de vista dos tipos de espaços, aumentou em geral a presença de profissionais (alto e baixo) e se reduziu a de trabalhadores manuais (qualificados, mas também não qualificados). As classes superiores se tornaram ainda mais predominantes nos espaços superiores, mas os espaços inferiores se tornaram menos operários e manuais e mais ligados aos trabalhadores não manuais de rotina, assim como a classes superiores. Os espaços inferiores que, como veremos tendem a ser os mais periféricos, portanto, se tornam mais heterogêneos.

Mas e a geografia dessas transformações? Para analisá-la, iniciamos comparando como cada área foi classificada em 2000 e em 2010. Como o exercício realizado partiu da classificação com os dois anos juntos, foram criados grupos estritamente comparáveis metodologicamente. Apesar das semelhanças no padrão geral, as áreas não apresentaram classificação idêntica, sugerindo padrões de mudança. A maioria das áreas – 93,8% - foi classificada nos mesmos grupos nos dois Censos, mas a investigação dos 6,2% restantes pode nos falar muito sobre as mudanças da metrópole na década, se compararmos a distribuição dos tipos de espaço em cada Censo.

O Mapa a seguir mostra a distribuição das classes segundo os tipos de espaço de 2000. A primeira observação interessante a fazer é anotar a maior heterogeneidade da distribuição das classes no Centro Expandido do que quando se considera apenas renda ou mesmo ISEI, no Mapa 1 analisado anteriormente. Como era de se esperar, o espaço das elites se encontra fortemente concentrado a Sudoeste do Centro Expandido. A Sudoeste dessa região pode-se ver o espraiamento dos espaços de elite na direção dos centros dos municípios mais ricos da região do ABC paulista – São Caetano, Santo André e, em menor proporção, São Bernardo do Campo. No entorno dessa área de elite, regiões de classes médias operam como que uma transição para as áreas periféricas, com significativa heterogeneidade.

Mapa 2. Distribuição dos grupos, RMSP, 2000



Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

No espalhamento dessa região a Sudoeste pode-se observar claramente a favela de Paraisópolis como um espaço de trabalhadores manuais enclavado no território contínuo da elite. E entre as duas manchas contínuas mais escuras a Sudoeste do Centro Expandido e junto à fronteira com o Município de São Caetano se localiza outro espaço manual e médio-baixo misturado, nesse caso o complexo de favelas de Heliópolis/São João Clímaco. Trata-se dos únicos casos de micro-segregação de toda a região central, não por acaso as únicas duas favelas de grande porte no Centro Expandido de São Paulo.

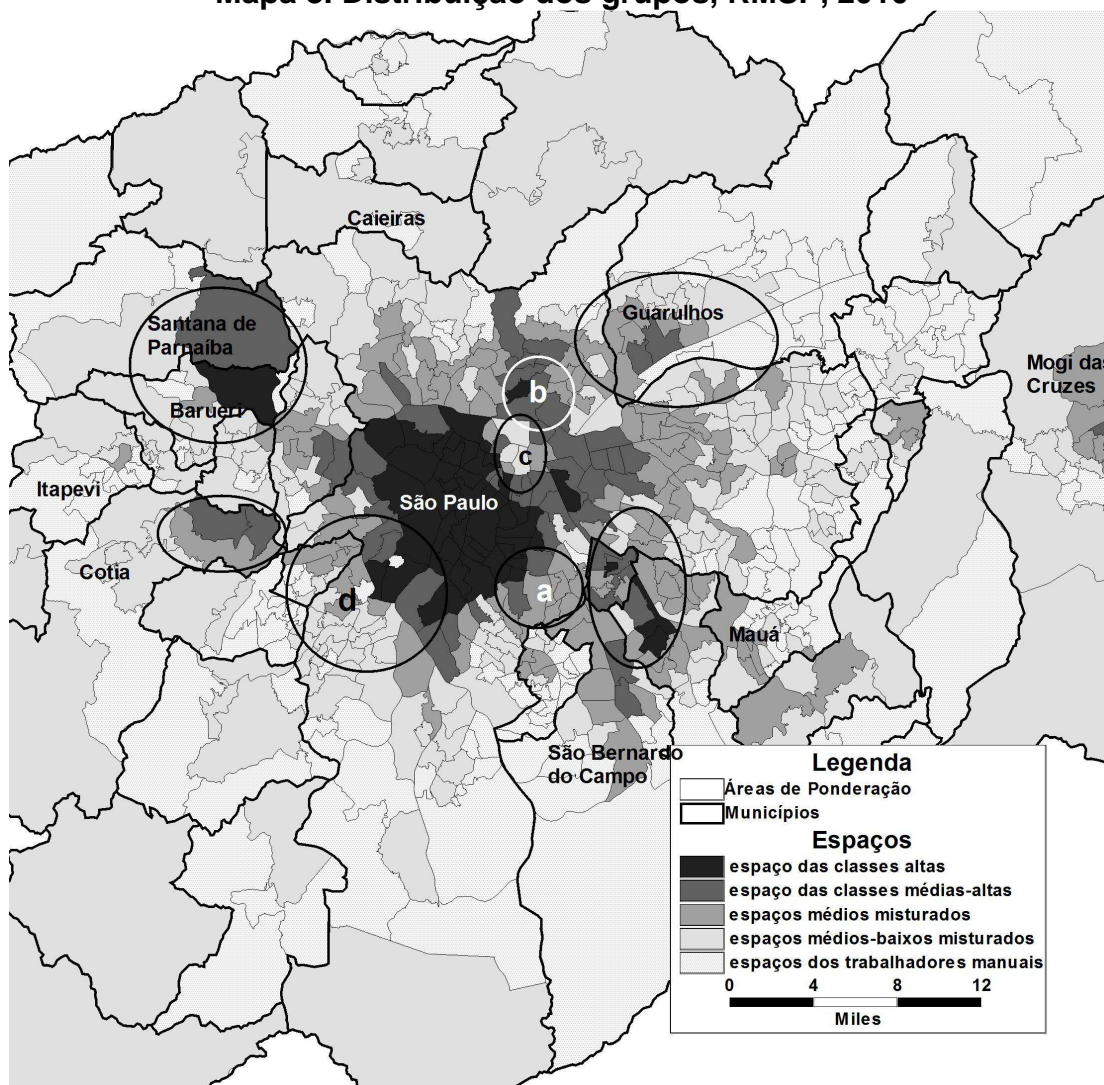
A leste e a norte da mancha mais extensa da elite se destacam as regiões do Tatuapé e de Santana também como espaços de elite, embora de pequenas dimensões. A nordeste e a leste, o centro de Guarulhos e de Mogi das Cruzes aparecem como espaços médios-altos. A Oeste, a região dos condomínios fechados

sobressai classificada como média-alta em Santana do Parnaíba e em Barueri espaços de elite, mas também como uma área em parte do município de Cotia.

O Centro Histórico aparece como espaço predominantemente médio-baixo misturado e manual. As regiões mais periféricas, também como esperado, correspondem predominantemente a espaços médio-baixo misturados e manuais, embora com descontinuidades espaciais e substancial presença de espaços médios-misturados, em especial a zona Leste do município de São Paulo.

O Mapa 3 a seguir apresenta a mesma informação para os grupos de 2010. Embora a configuração geral dos espaços seja similar, é possível observar importantes mudanças concentradas, destacadas no Mapa.

Mapa 3. Distribuição dos grupos, RMSP, 2010



Fonte: CEM e cálculos do autor, a partir de dados do IBGE.

As principais tendências de mudança podem ser resumidas como se segue:

a. Expansão da mancha de elite do Centro Expandido:

A mancha central de elite junto ao Centro aumentou em direção ao Sudeste sobre áreas antes classificadas como média-altas (área marcada como 'a') em direção ao ABC paulista. O mesmo se verificou na direção Oeste e Sudoeste (em região marcada como "d") e a Norte e Noroeste da mancha de elite (onde marcado como "b" e na Vila Leopoldina). Não há efeitos expressivos identificáveis das Operações Urbanas, nem da Faria Lima/Berrini.

b. Mas com popularização do centro histórico:

No Centro histórico, uma quantidade maior de áreas apresentava características de médias misturadas e agora tem conteúdos médios-baixos misturados, sendo portanto mais populares do que antes (marcada como "c");

c. Condomínios fechados concomitantes com continuidade de periferização:

No Oeste da região, uma área em Barueri transitou para espaço de elite, enquanto outras nesse mesmo município, assim como em Cotia e em Santana do Parnaíba se tornaram médias-altas.

Outras áreas da mesma região fizeram o caminho inverso ao migrar de médias altas misturadas para médias misturadas. No extremo Sudoeste do município de São Paulo, várias áreas antes classificadas como médias-baixas misturadas se tornaram manuais, ao mesmo tempo que outras fizeram o caminho contrário. Em Guarulhos, vários espaços se tornaram mais populares, não muito longe das áreas em elitização já destacadas.

Portanto, processos de expansão da região mais rica da cidade, de empobrecimento das áreas centrais e de elitização e de periferização de áreas periféricas coexistem ao longo da década, tornando a estrutura da metrópole ainda mais complexa, apesar da permanência da segregação.

Resumindo tendências

É bastante difícil fazer um balanço único de todas essas tendências. De uma forma geral, é possível dizer que São Paulo é uma cidade bastante segregada, em especial no que diz respeito às classes superiores. As classes médias e inferiores são bem menos segregadas e tendem a coabitar espaços de forma mais frequentemente, mas a estrutura geral da segregação indica uma clara hierarquia entre grupos, apontando para um padrão que poderíamos chamar de evitação social por parte das classes superiores. Ao longo da década, essa estrutura mudou pouco, tanto no que diz respeito aos indicadores de segregação, quanto de distribuição espacial da renda e das classes sociais.

Essa estabilidade é reforçada pela análise geral dos tipos de espaços sociais. Entretanto, a análise dos detalhes da composição dos tipos, assim como a sua distribuição espacial sugerem importantes transformações. Os tipos de espaços da metrópole indicam espaços superiores mais exclusivos em 2010, ao mesmo tempo em que espaços manuais e populares se tornaram menos operários e mais misturados ao final da década. Os espaços superiores, portanto, se tornaram ainda mais homogêneos, mas os demais espaços da metrópole, inclusive os periféricos, ficaram mais heterogêneos.

A espacialização das informações confirma essa análise e diversas tendências coexistiram em termos territoriais na década. Se por um lado os dados indicaram expansão da mancha mais rica do centro expandido (que tendeu a ficar ainda mais elitizado), áreas do centro velho se popularizaram. Nas amplas periferias da metrópole, tanto processos de elitização (ligadas a condomínios, mas não apenas a eles) quanto de continuidade das tendências clássicas de periferização puderam ser observados, tornando a estrutura da metrópole mais heterogênea na década, com periferias mais diversificadas, embora com um núcleo elitizado mais exclusivo e de maiores dimensões territoriais.

Bibliografia

- Anselin, L. 1995. Local Indicator of Spatial Association – LISA. *Geographical Analysis*, 27, 91-115.
- Baeninger, R. 2012. "Crescimento da população na região metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX". In: Kowarick, L. e Marques, E. (org.) São Paulo: novos percursos e atores: sociedade, cultura e política. São Paulo: Ed. 34/CEM.
- Barbosa, R. e Marschner, M. 2013. "Uma proposta de padronização de classificações em pesquisas do IBGE (Censos 1960-2010) e PNADs (1981-2011): educação, setores de atividade econômica e ocupação (ISCO-88, EGP11 e ISEI)". Working paper. São Paulo: CEM, Mimeo.
- Bonduki, N. "Depoimento". In: *Espaço e Debates*, No 42, 1991.
- Caldeira, T. *Cidade dos muros*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- Camargo, C. (org.) São Paulo, 1975 – Crescimento e pobreza. São Paulo, Ed. Loyola, 1976.
- Carvalho, I., Souza, Â. e Pereira, G. 2004. Polarização e Segregação Socioespacial em uma Metrópole Periférica. *Cadernos CRH*, 17 (41), 281-297.
- CEM. 2004. Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo. São Paulo: CEM/Cebrap, SAS/PMSP.
- Centeno, P. (org.) Lima, diversidade y fragmentación de una metrópolis emergente. Quito: Olacchi, 2009.
- Dureau, F. e Vanegas, A. Las diferentes expresiones del proceso o de segregacion en Bogotá. In: Jaramillo, S. (org.) Bogotá. Em el cambio de siglo: promesas y realidades. Quito: Olacchi, 2009.
- Durham, E. 1988. A sociedade vista da periferia. In: Kowarick, L. (org.) *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 169-192.
- Figueiredo, A.; Torres, H. and Bichir, R. 2006. A conjuntura social brasileira revistada. *Novos Estudos Cebrap*, 75:173-184.

- Kowarick, L. 1979. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Maricato, E. "Metrópole, legislação e desigualdade". In: *Estudos Avançados*, Vol. 17, No 48, 2003.
- Marques, E. e Bichir, R. 2003. Public policies, political cleavages and urban space: State infra-structure policies in São Paulo, Brazil – 1975-2000. In: *International Journal of Urban and Regional Research*, 27 (4), 811-827.
- Marques, E. e Torres, H. (org.) 2005. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC.
- Marques, E.; Bichir, R. e Scalon, C. 2012. Residential segregation and social structure in São Paulo: continuity and change since the 1990s. In: Maloutas, T. e Fujita, K. (org.) *Residential Segregation Around the World: Why Context Matters*. London: Ashgate Pub.
- Píres, P. 2009. *Buenos Aires, la formación del presente*. Quito: Olachi.
- Preteceille, E. e Cardoso, A. 2008. Rio de Janeiro y São Paulo: ciudades duales? Comparación con Paris. *Ciudad y Território*, XL (158): 617-640.
- Ribeiro, L. e Preteceille, E. 1999. Tendências da Segregação Social em Metrôpoles Globais e Desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos Anos 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (40), 143-162.
- Sabatini, F. 2004. Medición de la segregación residencial: reflexiones metodológicas desde la ciudad latino-americana. In: Cáceres, G. e Sabatini, F. (org.) *Barrios cerrados em Santiago de Chile: entre la exclusión y la integración residencial*. Santiago: PUC/Lincoln Institute.
- Santos, C. e Bronstein, O. 1978. Meta-urbanização - o caso do Rio de Janeiro". In: *Revista de Administração Municipal*, Vol 25, No 149.
- Taschner, S. e Bógus 2000. L. *A cidade dos anéis: São Paulo*. In Queiroz, L.C. (org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Fase.
- Taschner, S. e Bógus, L. 1998. Continuidades e discontinuidades na cidade dos anéis. In: Patarra, N. (org.) *Migração, Condições de vida e Dinâmica Urbana 1980-93*. Campinas; Ed. Unicamp/Fapesp.
- Torres, H. 2005. Medindo a segregação. In: Marques, E. e Torres, H. (org.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. SENAC.
- Valladares, L. e Preteceille, E. 2000. "Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca". In: Queiroz, L. (org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro, Observatório/Ed. Revan.
- Vetter, D.; Massena, R. e Rodrigues, E. "Espaço, valor da terra e equidade dos investimentos em infra-estrutura no Município do Rio de Janeiro". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Vol 41, No 1/2, 1979.
- Villaça, F. 2000. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Ed. Nobel.